

SC7749

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, Ethiopia P. O. Box 3243 Telefone: 5517 700 Fax: 5517844
Website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Primeira Sessão Ordinária

9 – 13 de Julho de 2012

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/732 (XXI) Rev.2
Original : Inglês

**RELATÓRIO DE DO PAINEL DE ALTO NÍVEL
CHEFIADO PELO ANTIGO PRESIDENTE DA NIGÉRIA,
S.E. OLUSEGUN OBASANJO, SOBRE AS FONTES
ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO AFRICANA**

CONSULTAS COM ESTADOS MEMBROS

Introdução

1. Uma das questões da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana debatidas durante sua 17ª Sessão Ordinária realizada em Malabo, Guiné Equatorial, em Junho/Julho de 2011, referia-se a Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana (UA). O Presidente da Comissão destacou as crescentes dificuldades financeiras da União e a necessidade urgente de explorar meios alternativos de financiamento, de modo a enfrentar os vários desafios socioeconómicos que o continente enfrenta num mundo em rápida globalização.

2. Por conseguinte, na Decisão/Assembly/AU/Dec.364 (XVII), a Conferência solicitou à Comissão para acelerar o processo de criação de um Painel de Alto Nível sobre Fontes Alternativas de Financiamento da União e solicitou ainda, que o Painel realizasse consultas com os Estados Membros e apresentasse um relatório à Conferência em Janeiro/Fevereiro de 2012.

3. O Presidente da Comissão da UA, S.E. Dr. Jean Ping, nomeou o Painel de Alto Nível sobre Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana, incluindo eu próprio, como Presidente do Painel, e S.E. Dr. Salim Ahmed Salim, ex-Secretário Geral da Organização de Unidade Africana (OUA); S.E. Sr. Edem Kodjo, ex-Secretário Geral da Organização da Unidade Africana (OUA) e S.E. Drª. Luísa Diogo, ex-Primeira Ministra da República de Moçambique, como os restantes membros do Painel. S.E. Ruben Maye Nsue Mangué, Representante Permanente da República da Guiné Equatorial junto da UA, foi nomeado para apoiar o Painel na qualidade de Representante Pessoal do então Presidente da União, S.E. Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da República da Guiné Equatorial. A região Norte de África não propôs ninguém como membro do Painel, apesar de vários avisos. No entanto, S.E. Dr. Salim Ahmed Salim depois retirou sua lugar do Painel devido a razões pessoais. O Painel, portanto, cooptou por S.E. Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos, como membro.

4. O objectivo do presente relatório é dar uma informação actualizada sobre o progresso até aqui alcançado pelo Painel, e buscar a opinião da Cimeira sobre o caminho a seguir.

I. Visão Geral da Fundamentação para as Fontes Alternativas de Financiamento da UA

5. A fundamentação para a decisão da Cimeira reside na necessidade de permitir que o continente, através da Comissão da União Africana, prossiga activamente para a sua integração e aspirações de desenvolvimento. Recorde-se que a então Organização de Unidade Africana foi transformada em União Africana para permitir África a lidar com os desafios económicos, sociais e políticos que o continente enfrenta num mundo em rápida globalização. Neste sentido, é fundamental que haja recursos adequados para o cumprimento do seu mandato. O actual sistema de contribuições obrigatórias, que se estabeleceu desde os dias da

OUA, foi considerado que já não é mais adequado para satisfazer as crescentes necessidades de financiamento da União, devido a maiores exigências operacionais e aumento do âmbito das actividades.

6. Actualmente, a União continua a depender fortemente de parceiros para financiar seus programas. Por exemplo, os Estados Membros contribuíram apenas cerca de 7% do Orçamento do Programa em 2011 e 2012. Além disso, há o problema do atraso no pagamento de contribuições estatutárias dos Estados Membros. Até o ano 2009 e 2010, as dívidas dos Estados Membros atingiram 40 milhões de dólares americanos e 43 milhões, respectivamente. Outro problema é a dependência contínua da União em cinco países (Argélia, Egípto, Líbia, Nigéria e África do Sul) para financiar a maior parte de suas actividades. Estes cinco países, cada um responde por 13,272% do Orçamento da União. Ou seja, cerca de 66,36% do orçamento total da União vem apenas de cinco países. A implicação da forte dependência de alguns países é que a falha de um deles em honrar os seus compromissos pode significar um grande problema financeiro para a União. Os acontecimentos que tiveram lugar em 2011 na África do Norte trouxeram esta realidade à tona e que proporcionou um forte incentivo e justificativa para um maior alargamento da rede de financiamento.

7. A questão das Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana foi debatida em várias reuniões de especialistas e ministeriais, incluindo as Conferências dos Ministros Africanos de Economia e das Finanças (CAMEF), realizadas em Dakar, Senegal, em 2005; em Adis Abeba, Etiópia, em 2008, e em Yaoundé, Camarões, em 2010. Foram tomadas em conta as recomendações de todas estas reuniões nas etapas seguintes, levando até as consultas realizadas pelo Painel de Alto Nível.

II. Metodologia de consultas

8. O Painel realizou a sua primeira reunião no dia 15 de Agosto de 2011 em Addis Abeba, Etiópia, para analisar as oito opções de financiamento avaliadas e recomendadas numa série de estudos realizados pela Comissão da UA. As opções foram as seguintes:

- i. Financiamento de impostos do sector privado;
- ii. Cobrança de impostos sobre os prémios de seguro (taxa de 0,2%);
- iii. Cobrança de impostos sobre importações (taxa de 0,2%);
- iv. Cobrança de impostos sobre hidrocarbonetos (taxa de 0,5%);
- v. Cobrança de impostos sobre os bilhetes aéreos (5,00 dólares americanos para viagens internacionais e 2 dólares para domésticas);

- vi. Cobrança de impostos sobre o Turismo (0,5%);
- vii. Cobrança de impostos sobre orçamentos nacionais (1%);
- viii. Cobrança de impostos sobre exportações (0,2%)

9. Após a análise, o Painel julgou pertinente recomendar a adopção de todas ou a combinação das seguintes opções:

- i. Financiamento do Sector Privado;
- ii. Cobrança de impostos sobre os prémios de seguro (taxa de 1%);
- iii. Cobrança de impostos sobre viagens internacionais (2,5 dólares para fora do Continente e 1 dólar dentro);
- iv. Cobrança de impostos sobre Turismo e hospitalidade (1 dólar por cada estadia);
- v. Taxa de impostos sobre importações (0,2% sobre os bens importados de fora do continente);
- vi. Cobrança de impostos sobre mensagens em texto (por exemplo, 5 cêntimos por SMS no telemóvel).

10. No entanto, além das opções acima mencionadas, o Painel propôs nas suas deliberações, uma taxa sobre mensagens de texto em telemóvel de 5 cêntimos por mensagem, ou qualquer quantia a ser determinada por meio de consultas com os Estados Membros.

11. Na análise do Painel, tomou-se em consideração diversos factores, incluindo a flexibilidade de escolha, capacidade de geração de recursos, a equidade, a viabilidade, o custo de administração, sustentabilidade e o impacto sobre a economia. Estas foram as principais opções que foram discutidas com os Estados Membros.

12. O Painel concordou igualmente num programa para realizar as consultas. Embora fosse ideal realizar consultas com todos os 54 Chefes de Estado e de Governo da União Africana, isso não era prático devido ao custo implicado e outras considerações. Assim, o Painel decidiu limitar as consultas a um número seleccionado de países, levando em conta o tamanho e representação geográfica, entre outros critérios. A este respeito, foram identificados os países a seguir:

- i. Argélia
- ii. Egipto
- iii. Nigéria
- iv. Chade
- v. Tunísia
- vi. Etiópia
- vii. Gana
- viii. Malawi
- ix. Namíbia
- x. África do Sul
- xi. Quénia
- xii. Uganda
- xiii. Angola
- xiv. Camarões
- xv. Côte d'Ivoire
- xvi. Tanzânia
- xvii. Sudão
- xviii. Senegal
- xix. Seychelles
- xx. Benin
- xxi. Libéria
- xxii. Togo

13. As consultas centraram-se na procura de um apoio político dos Estados Membros à ideia das Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana. Os Estados Membros deveriam também ser encorajados a liquidar as suas dívidas existentes.

14. Na realização de consultas, o Painel desdobrou-se em dois grupos:

- a) Grupo 1 formado pelo General Olosegun Obasanjo (líder) e S.Ex^a Sr. Edem Kodjo;
- b) Grupo 2 formado por S.Ex^a. Dr^a. Luísa Diogo (líder), com o apoio de S.Ex^a. Dr. Maxwell M. Mkwezalamba e S.Ex^a. Dr. Ruben Morais Nsue Mangué.

Cada grupo foi acompanhado por um membro do Secretariado durante as consultas.

III. Resultados das Consultas

15. O Painel de Alto Nível visitou os seguintes Estados Membros e fez consultas em diversos momentos, seja como membros individuais ou em equipa e sem nenhuma ordem particular e dependendo da disponibilidade dos membros do Painel e dos Chefes de Estados dos Estados Membros a serem consultados

1. Nigéria
2. Libéria
3. Etiópia
4. África do Sul
5. Benin
6. Senegal
7. Côte d'Ivoire.
8. Namíbia
9. Malawi

À margem da Cimeira da União Africana de Janeiro de 2012, foram igualmente consultados os seguintes Estados Membros:

1. Guiné Equatorial
2. Togo
3. Argélia

16. O resultado das consultas até agora, reflecte claramente um apoio esmagador no sentido de se encontrar fontes alternativas de financiamento da UA, com vista à identificação de meios internos capazes de financiar a agenda do desenvolvimento e da integração do continente. Foram delineados numerosos desafios, incluindo a paz e estabilidade, que o continente enfrenta e que exigem recursos adequados para a sua resolução. Houve um consenso geral de que há realmente um desafio de financiamento para a União Africana e para a África em geral, o que cria dependência dos doadores. Foi também acordado que o princípio de financiamento alternativo da UA era bom, pois traria independência económica e livraria o continente da situação actual em que os doadores estipulam os programas da União que irão apoiar.

17. Considerou-se que o Actual sistema de contribuições estatutárias dos Estados Membros era difícil e inseguro do ponto de vista administrativo e daí a necessidade de se identificar mecanismos alternativos de financiamento da União. No entanto, destacou-se em todas as consultas que o princípio da equidade entre os Estados Membros deve ser realçado na concepção e implementação do novo sistema. Durante as consultas, alguns levantaram uma preocupação em relação ao provável impacto das opções sobre as economias africanas. O Painel constata, no entanto, que foi feita uma análise do impacto como parte do estudo global das opções. O estudo concluiu que o impacto era mínimo, se houver.

IV. Propostas e Recomendações do Painel

16. Das oito opções originais foram seleccionadas três, essencialmente pela sua:

1. Facilidade de recolha e administração pelos Estados-membros;

2. Pouca pressão sobre o Governo;
3. Sustentabilidade das condições do Fundo e de possibilidade de se incrementar;
4. Equidade

17. Foram feitas considerações a uma série de factores, incluindo a flexibilidade de escolha, a capacidade de geração de recursos, a equidade, a exequibilidade, o custo de administração, sustentabilidade e impacto sobre economia. Os comentários de Estados Membros foram tomados em consideração e bem como a opinião dos líderes que o Comité visitou ou consultou. A maioria dos líderes expressaram opiniões duras contra o desperdício de recursos na Comissão.

18. A Comissão terá de estimar por si só, ou através de uma empresa especializada, o valor que poderia ser gerado anualmente por cada uma das opções seleccionados para o Painel de Alto Nível poder fazer recomendações firmes à luz das necessidades da Comissão. Especificamente, foram seleccionadas provisoriamente as seguintes opções, sujeita a decisão da Cimeira:

- Cobrança de imposto de 2,00 dólares americanos sobre hospitalidade por estadia num hotel, no lugar do imposto sobre o turismo
- Cobrança de taxa de 5 cêntimos de dólares americanos por cada mensagem em texto enviado
- Cobrança de 5,00 dólares de imposto sobre bilhetes aéreos de África para outros continentes ou vice-versa.

19. Em relação às outras opções, foram feitas as seguintes observações:

1. **Sector Privado:** **Analizada e achada insegura** (sobre a cobrança do imposto ao Sector Privado, tendo se constatado que isso poderia dar ao sector privado a oportunidade de fazer uma contribuição directa para a União Africana, a taxa não seria confiável, mas deixaria como oportunidade para a participação do sector privado no financiamento)
2. Imposto sobre os Seguros; - **Revisto e Rejeitado**
3. Imposto sobre a Exportação - **Revisto e Rejeitado**

4. Imposto sobre a Importação - **Revisto e Rejeitado**
5. Imposto sobre a Exportação de Hidrocarbonetos - **Revisto e Rejeitado**
6. Imposto sobre os Orçamentos Nacionais - **Revisto e Rejeitado**

V. Conclusões e Recomendações

20. O Painel de Alto Nível convida a Conferência a:
 - Tomar nota do relatório;
 - Tomar nota das três opções identificadas, ou seja:-
 - a) O imposto de 2 \$EU sobre a hospitalidade pela estadia num Hotel, em vez do Imposto sobre o Turismo;
 - b) O imposto de 5 cêntimos de \$EU sobre as SMS enviadas;
 - c) O Imposto de 5 \$EU sobre os bilhetes de passagem aérea de África para outros continentes ou de outros continentes para África:
 - Mandatar a Comissão da União Africana para fazer uma análise da capacidade de geração de receitas de cada uma das três opções propostas de forma a habilitar o Painel de Alto Nível a apresentar recomendações firmes à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em Janeiro de 2013, tendo em conta as necessidades da União Africana.

2012

Progress report of the high level panel on alternative Sources of financing the African Union chaired by H.E. Olusegun Obasanjo, former president of Nigeria consultations with member states

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4223>

Downloaded from African Union Common Repository